



Os Usos dos Recursos Naturais pelos Indígenas Pankará na Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha/PE)

Edivania Granja da Silva Oliveira ¹
Edson Hely Silva ²

RESUMO:

Neste artigo abordamos os indígenas Pankará em suas relações socioambientais no Ambiente em que vivem, a Serra do Arapuá, um Brejo de Altitude, Bioma Caatinga, Sertão pernambucano, território físico e simbólico dos Pankará, numa perspectiva da História Ambiental e Indígena, dialogando também com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Geografia, a Biologia etc. Para tanto, nos apropriamos de concepções teóricas e metodológicas, particularmente da História Ambiental, por meio de pesquisas bibliográficas e das memórias indígenas, afim de buscar compreender os conhecimentos e as práticas daquele povo com o Ambiente natural e na afirmação da identidade Pankará.

Palavras-chave: Povo Pankará; Ambiente; História.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Docente na Unidade Integrada de Educação Superior do Brasil – UNIESB e no Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IF-Sertão PE. Brasil. edivania.granja@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Docente na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Brasil. edson.edsilva@hotmail.com

BIOMA CAATINGA/SERTÃO PERNAMBUCANO: NATUREZA FÍSICA E SAGRADA DOS POVOS INDÍGENAS

O Bioma Caatinga é a única região natural exclusiva do território brasileiro. Mas, também é a menos estudada, possui menos Unidades de Conservação, sendo ainda a menos protegida das regiões naturais do Brasil. Nessa região, ocorreu um extenso processo de mudanças e devastação de seus ambientes com a exploração excessiva de seus recursos naturais, prática insustentável de uso de recursos da Caatinga. Fruto desse processo resultou na extinção e alteração de vários ecossistemas exclusivos, como também maior ocorrência em vários locais de áreas de desertificação (Leal *et al.* 2005).

Estudos apontam que no Semiárido nordestino, ao longo do tempo, vem ocorrendo a exploração excessiva de seus recursos naturais, com o predomínio do “ruralismo tradicional” e suas práticas predatórias, marcadas pela relação paternalista com o Estado. Tais práticas resultaram em um acelerado processo de destruição de recursos hídricos por meio do desmatamento das matas ciliares, o assoreamento de rios e reservatórios, o esgotamento de solos com a perda de componentes físicos e químicos através principalmente de processos de erosão e restrições do “potencial biológico das terras, reduzindo a produtividade agrícola e sacrificando as populações” (Cirilo *et al.* 2007 p.58).

O historiador ambiental José Augusto de Pádua, em relação ao termo “biomas”, destacou que o mesmo possui “uma série de vantagens em termos de comunicação, educação e política de desenvolvimento sustentável” (Pádua 2009 p.122). Afirmou também que o conceito de bioma é revestido de “uma grande capacidade de agregação” e inclui “elementos mais amplos da biologia, clima, geologia etc.”, pois “cada bioma, na verdade, constitui um mosaico de ecossistemas”. Uma vez que diferentemente do conceito de regiões fitogeográficas, no qual a vegetação é distribuída de forma descontínua e heterogênea por diferentes regiões políticas brasileiras, o conceito de bioma envolve uma territorialidade, um “espaço organizador nacional”, composto por “um conjunto de pequenos componentes ecológicos”. Neste sentido, as “unidades geográficas contínuas” e a compreensão geográfica sobre questões “sociais e humanas”, contribuem com as noções de identidades e pertencimento dos indivíduos que habitam as diversas regiões que compõem cada bioma (Pádua 2009 p.123).

Destacamos que Bioma é uma forma de classificação de comunidades biológicas e ecossistemas semelhantes nas suas características vegetais (Ricklefs 2003). Os biomas são compostos pelos grandes ecossistemas terrestres do mundo, seja em áreas regionais ou subcontinentais. Exemplos de biomas são as áreas de desertos, de savanas, de florestas pluviais, tropicais e decíduas. O problema

de se classificar os ambientes naturais como biomas deve-se à grande biodiversidade existente dentro de uma mesma categoria taxonômica. (Kormondy e Brown 2002).

A região denominada Sertão pernambucano faz parte das Caatingas semiáridas nordestinas, local de habitação da maioria dos povos indígenas do Nordeste. Dos atuais conhecidos 13 povos indígenas de Pernambuco, somente os Fulni-ô, os Xukuru do Ororubá e os Xukuru de Cimbres habitam o Agreste. No Sertão estão os Atikum, Kambiwá, Kapinawá, Pipipã, Truká, Tuxá, Pankararu, Pankararu Entre Serras, Pankaiuká, os Pankará na Serra do Arapuá e em Itacuruba. Esses povos indígenas habitam áreas de serras ou de influências serranas, como é o caso dos Atikum, em que a maior parte do seu território está localizado na Serra Umã; os Kambiwá e Pipipã habitam a região da Serra Negra e a Serra do Periquito. E ainda parte do território Kapinawá, localizado no interior da área de influência do Parque Nacional da Serra do Catimbau. Os Pankararu possuem parte de seu território em vales entre serras e os Pankará, discutidos neste texto, habitam a Serra do Arapuá.

Vale salientar que Sertão, neste estudo, é compreendido como uma construção histórica, elaborada no período colonial como “local afastado dos terrenos cultos ou da costa, coração das terras, interior, região pouco habitada ou deserta” (Pericás 2010 p.24). Portanto, tendo como definição a ideia de espaço desconhecido, inacessível, incivilizado, oposto ao “litoral” – espaço conhecido e civilizado, onde foram fundados os primeiros aglomerados urbanos. Assim, existem dois “brasis”: o Brasil do litoral, representando o país moderno, urbano; em contraposição ao Sertão atrasado, de uma ruralidade profunda (Lima 1999). Assim, a categoria “Sertão” foi pensada a partir do colonizador e de seus empreendimentos, aliados à noção cristã de conversão dos indígenas para participar da colonização, inicialmente trabalho atribuído aos missionários; e; no segundo momento; aos representantes do governo. Pois, o processo expansionista da ocupação do interior da colonização portuguesa iniciou-se a partir da metade do século XVII, “Para a instalação de fazendas de gado no Agreste e Sertão pernambucano era necessário amansar os índios ‘hostis’” (Silva 2012 p.66).

A ocupação colonial portuguesa na região foi iniciada no século XVII, a partir do deslocamento da criação de gado para o interior da Capitania de Pernambuco ou para os “sertões”, na lógica da expansão açucareira. Esse movimento expansionista colonial teve o Rio São Francisco como importante via de acesso para ocupação, controle e defesa do Sertão (Lopes 2004, Arruti 1995). Para estudos de uma história regional dos povos indígenas no Sertão nordestino são consideráveis os séculos XVII e XVIII, época da ocupação da região pelos criadores de bois e pela instalação das missões religiosas, bem como as áreas de ocupação de diversos povos indígenas em suas relações com o

ambiente natural, em contextos ecológicos diferenciados, favoráveis a uma concentração populacional nos poucos nichos mais propícios, mesmo que sazonal (Dantas *et al.* 1998).

É salutar destacar que o sentido de Natureza neste estudo considerou a temporalidade, o espaço e os processos históricos dos grupos humanos como produtores culturais e as interações com a fauna, flora e os componentes abióticos do ambiente físico conectados ao universo simbólico (Filho e Ferreira 2012).

DE “CABOCLOS³” AOS ÍNDIOS PANKARÁ

A partir de meados do século XIX, com a criação da Lei de Terras em 1850, era inaugurado o processo de regularização de áreas rurais, definindo em propriedades particulares e em áreas de terras devolutas, pertencentes ao governo. Assim, uma nova configuração foi estabelecida por meio da incorporação de áreas de antigos aldeamentos, considerados extintos, pelas câmaras municipais, por fazendeiros e agricultores não-indígenas, que estabeleceram o controle das terras. Considerado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, o momento da “terceira mistura” e o processo mais marcante para os povos indígenas no Nordeste, pela limitação de suas posses, “deixando impressas marcas em suas memórias e narrativas”. Pois em fins do século XIX, os povos indígenas do Nordeste “desapareceram” enquanto coletividades pela desestruturação de seus territórios, sendo reconhecidos de forma individualizada como “remanescentes”, “descendentes” e ainda como “caboclos” (Oliveira 2004).

Na década de 1920, o estado de Pernambuco reconheceu a área do antigo aldeamento da missão Ipanema, local de habitação de “descendentes” dos índios Carnijó, que passou para o controle do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, com a instalação do Posto Indígena Fulni-ô, único grupo que preservou a língua, considerados “os mais claramente índios entre as populações indígenas do Nordeste”. E das décadas de 1930 a 1950, vários outros povos indígenas passaram a solicitar o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a solicitação de Postos Indígenas, como foi o caso dos Atikum, na Serra Umã e das investidas dos Pankará, na Serra do Arapuá (Oliveira 2004 p.26).

Dessa forma, o processo de territorialização dos indígenas no Nordeste, ocorrido a partir do século XX teve o ritual do Toré como sinal diacrítico de afirmação da indianidade, “Transmitido de um grupo para outro por intermédio das visitas dos pajés e de outros coadjuvantes, o Toré difundiu-se por

³ O termo caboclo no Nordeste foi usado por não-índios para designar as populações habitantes dos antigos aldeamentos. Mas, foi apropriado pelos próprios índios como forma de “esconder a identidade étnica diante de inúmeras perseguições” (Silva 2011 p.315). O índio Pankará, Luís Pedro afirmou que “caboclo é como se fosse índio” (Luís Pedro Dos Santos 2014). Também é usado para deslegitimar os seus próprios possuidores.

todas as áreas e se tornou uma instituição unificadora e comum” (Oliveira 2004 p.28). Os Pankará afirmam também sua identidade através da ritualística do Toré⁴ com elementos da Natureza.

O povo indígena Pankará habita a Serra do Arapuá, um Brejo de Altitude, no município de Carnaubeira da Penha, no Sertão pernambucano, dentro do Bioma Caatinga, na Bacia do São Francisco, no atualmente denominado Semiárido nordestino. Este povo vem se mobilizando pelo direito a terra e por assistência governamental há mais 50 anos, todavia, somente em 2003 se autodenominou como um dos “Povos resistentes”, reafirmando as mobilizações pela terra e a garantia de direitos social, como Saúde e Educação diferenciadas (Silva 2004). Atualmente, o Território Pankará encontra-se em fase de finalização da demarcação de suas terras.

Destacamos que, os “Caboclos” da Serra do Arapuá, tornaram público seu ressurgimento étnico em 2003, no *I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo reconhecimento Étnico e Territorial*, na cidade de Olinda/PE, se autodeclararam Povo Pankará e “Povo Resistente”. Ainda, podemos nomeá-los “Povo Resiliente” (Braga Júnior 2011), no sentido de interpretar suas estratégias de resistência em meio ao contexto histórico de conflitos fundiários e socioculturais nos processos de afirmação étnica Pankará.

O processo de afirmação da identidade étnica dos indígenas no Nordeste, segundo João Pacheco de Oliveira, foi instituído pelos indígenas duas categorias, “os tronco-velhos”, representados pelos antepassados e “as pontas de ramas” pelos novos grupos indígenas do Nordeste, “Quando as cadeias genealógicas foram perdidas na memória e não há mais vínculos palpáveis com os antigos aldeamentos, as novas aldeias têm de apelar aos ‘encantados’ para afastar-se da condição de ‘mistura’ em que foram colocados” (Oliveira 2004 p.29). Dessa forma, a memória é componente fundante da “busca de direitos dos grupos remanescentes emergentes [...]. A memória como fulcro da identidade”, o Toré é a síntese da memória étnica (Arruti 2004 pp.278-279). Os Pankará designam as relações ancestrais e parentais na utilização de expressões “casca do mesmo pau”, “tronco velho” e “pontas de ramas”.

SERRA DO ARAPUÁ: TERRITÓRIO DO POVO PANKARÁ

A Serra do Arapuá é denominada Brejo de Altitude. As áreas categorizadas por possuir o clima formado a partir das massas de ar úmidas expostas e do relevo em altitude. Pois, o relevo exerce influências no bioma regional, apesar de depender do clima, que é responsável pela forma, velocidade,

⁴ O Toré é uma dança coletiva, ritual praticado pelos Pankará, ainda é dançado com o sentido de diversão, como “brincadeira” de índio. Mas, principalmente como forma de afirmação étnica em espaços públicos e mobilizações sociopolíticas.

escorrimento, infiltração e circulação da água no solo, resultando na distribuição de temperatura e umidade no ambiente e, conseqüentemente, afetando a biodiversidade local. Essas zonas possuem índices pluviométricos anuais, que oscilam entre 900 a 1.300 mm, favorecidas pelas massas de ar úmidas transformadas em chuvas de relevo ou orográficas, que são formadas a partir das massas de ar da vertente voltada para o lado que recebe os ventos úmidos (barlavento), barradas pelo relevo. Processo que favorece a elevação, condensação e precipitação de nuvens e resulta em índices pluviométricos superiores aos ocorridos no restante do Bioma Caatinga (Baptista 2005).

Em Pernambuco, essas áreas são consideradas enclaves ecológicos nas paisagens semiáridas por oferecer “uma diversidade de recursos naturais, especialmente nas encostas voltadas para o leste que possuem uma maior precipitação pluviométrica” (Proença 2013 p.59). São ainda enclaves de terrenos úmidos, com nascentes e armazenamento de águas no subsolo, matas de florestas e solos mais favoráveis à produção agrícola, formando verdadeiros “oásis” nas áreas secas do Semiárido. Desta forma, os brejos de altitudes possuem uma maior biodiversidade e tendo uma expressiva densidade populacional, dentro do Semiárido brasileiro, que é considerada uma das regiões mais povoadas entre os trópicos. Por serem áreas de matas densas, possuem árvores de grande porte e animais nativos em processo de extinção, como as onças, macacos, veados etc. Vale salientar que são locais de extração de madeiras e caça ilegais de animais silvestres (Maciel 2009).

Essas zonas, por serem ambientes úmidos, foram e são locais de intensa exploração humana, resultando em alteração de seus ecossistemas por meio intenso da prática agrícola, da atividade pecuária, da caça predatória e da extração de muitas árvores nativas. Por isso, é de muita relevância a preservação sociocultural e ambiental dessas áreas, além da ampliação de pesquisas a fim de possibilitar ações que favoreçam o maior conhecimento sobre as alterações/transições ecológicas e climáticas ao longo do tempo e, principalmente, sobre as relações e a convivência dos humanos que habitam esses ambientes.

Portanto, os brejos de altitudes do Semiárido do Nordeste são espaços de habitação de grupos humanos há centenas de anos, como é o caso da Serra do Arapuá. Inclusive, desde o início da colonização portuguesa na região existem registros de ocupação dessa área por indígenas e negros africanos escravizados, servindo como refúgio e moradia desses grupos (Silva 1999). A Serra do Arapuá apresenta, em seus pontos mais altos, altitudes acima de 900 metros. Atualmente faz parte do município de Carnaubeira da Penha/PE, sendo habitada pelos Pankará, por agricultores de pequeno porte e alguns fazendeiros de médio porte (Socioambiental 2012). E, segundo o Pajé Pankará Pedro Limeira, a

origem da Serra do Arapuá “foi quando derribou uma Braúna, João do Arapuá, surgiu a Serra do Arapuá, que é abelha” (Pedro Limeira 2012)⁵.

Luís Lyra da Silva Bulcão⁶ destacou que o Território Pankará, enquanto um brejo de altitude possui grande biodiversidade e é considerado um oásis no meio do Sertão envolvente (Bulcão 2010). Nessa mesma perspectiva, o antropólogo norte-americano William Hohenthal⁷, quando em 1952 visitou a Serra Cacaria/Serra do Arapuá (atual Território Indígena Pankará), escreveu que eram locais favoráveis, com disponibilidade de recursos hídricos mesmo na estação seca, com evidências abundantes da presença permanente de indígenas, devido a quantidade de cacos e de outros artefatos arqueológicos existentes neste local (Mendonça e Santos 2013 p.84).

SABERES E FAZERES PANKARÁ

A presença indígena na Serra do Arapuá vem sendo afirmada pelos seus atuais habitantes, os Pankará, como relatou um dos pajés desse povo: “Nasci no torrão da Serra, na Aldeia Lagoa. Nasci dentro da Aldeia. A mãe que me pegou, a parteira era índia, tinha muita experiência na reza, oração e tenho orgulho de ser Índio Pankará” (Manoel Antonio do Nascimento 2012). A partir dessa afirmação, percebemos as intrínsecas relações com o Ambiente, com o território e a sua noção de pertencimento por meio da expressão “Nasci no torrão da Serra”. O “torrão”, como também por ter nascido pelas mãos de uma parteira, “mãe e índia”, dotada de conhecimentos religiosos, são evidências da união entre o ambiente físico e simbólico, na composição de sua identidade étnica diferenciada, quando expressa “tenho orgulho de ser Índio Pankará” (Oliveira 2004).

Os Pankará usam diversos recursos naturais para sua sobrevivência, como o Catolé, uma planta que não perde as folhas no período da estação seca. Trata-se de uma palmácea típica de regiões de encostas e de áreas drenadas da floresta semidecídua, mas também bem adaptável em outras áreas, como na Caatinga e no Cerrado brasileiro (Lorenzi 2002). Essa planta é encontrada em diversas áreas

⁵ Este estudo é baseado na Pesquisa de Mestrado “Os Índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano”, desenvolvida no PPGH-UFCG. Em concordância e autorização dos entrevistados, optamos citar o nome de cada entrevistado na referida pesquisa. Toda a documentação relativa a essa questão foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFCG.

⁶ O citado geógrafo foi contratado pela FUNAI em 2010, com o objetivo de realizar estudos sobre o Ambiente no Território Pankará, resultando na produção do Relatório Ambiental do Grupo de Trabalho de Identificação/Delimitação da Terra Indígena da Serra do Arapuá.

⁷ William Dalton Hohenthal Jr, antropólogo norte-americano, pesquisador da Universidade da Califórnia em Berkeley, empreendeu viagem pelo Sertão do São Francisco nos anos de 1951 e 1952 sob a chancela do Serviço de Proteção ao Índio/SPI, com o objetivo de efetuar estudos etnológicos sobre os indígenas na região. Durante sua estadia com os grupos indígenas enviou correspondências para o Chefe do Posto Indígena da Inspeção Regional 4/I.R.4 do SPI, sediado em Recife, e também produziu relatórios para o SPI. O pesquisador ainda enviou “artefatos recolhidos entre os índios”, destinados ao Museu de Antropologia da Universidade da Califórnia” (Silva 2007 p.162) e publicou artigos na Revista do Museu Paulista em 1960.

Edivania Granja da Silva Oliveira; Edson Hely Silva

da Serra do Arapuá e os Pankará utilizam para produção de artesanato, fabricação de diversos utensílios e para o consumo dos seus frutos. (Bulcão 2010).

Os saberes e fazeres dos Pankará em relação à planta Catolé foi destacado pela índia Pankará Eunice Santos,

A gente usa o Catolé para fazer vassoura, derruba a palma lá em cima da serra, destala e faz os moinhos, depois traz para o terreiro da casa, rasga e coloca no sol, marca pra fazer os pacotinhos, depois apara, cintura, vira, amarra, costura, apara de novo, ensaca e fica prontinha a vassoura. A gente vende aqui, o comprador vem pegar aqui e leva pra Floresta. Faço o ano todo e ganho um dinheirinho, porque agora é que eu tô vendendo um cento [100] por R\$ 50,00, pra essa arte que é difícil por conta da trabalhadeira que dá devia custar mais. Hoje só uso a palma, antigamente com o coquinho de Catolé fazia pão do Catolé, o beiju pra comer com o Catolé, mas agora com a Seca não deu o coquinho (Eunice Santos 2014).

Professoras Pankará enfatizaram o uso do Caroá, uma planta nativa, encontrada em meio à Caatinga, muito resistente às secas. Seu uso para artesanato é mais intenso no verão, época em que as pessoas não trabalham em plantio de roça, mas sim com a produção de artesanatos para sua sobrevivência (Souza *et al.* 2012). A esse respeito, também a índia, Eunice Santos, destacou que nasceu e viveu mais de 20 anos no “pé da Serra” (Sertão Pankará), área que possui abundância da planta Caroá. Após o casamento passou a morar na Aldeia Boqueirão (Agreste Pankará), e porque próximo a sua residência há muitas plantas Catolé, deixou de fazer corda de Caroá para fabricar vassoura de palhas de Catolé. Descreveu ainda o processo de confecção artesanal da corda de Caroá,

Tem que cortar [Caroá], puxar a fita para depois botar de molho na água e deixa a noite toda. Depois raspa, bota para secar no sol para depois puxar os fios e fiar para fazer a corda. As cordas eram quem sustentava a gente tudo, o espinho é quem dava as coisas, nós fomos criados no espinho (Eunice Santos 2014).

A partir das afirmações acima, observamos que o uso dos recursos naturais pelos Pankará depende da região que habitam. E ainda salientamos a metáfora usada pela entrevistada: “fomos criados no espinho”, demonstrou a importância que a corda representava para sua família. Também denunciou a pouca renda obtida com as vendas de vassouras.

O antropólogo Hohenthal descreveu os diversos usos do Caroá pelos índios Tuxá (Rodelas/BA), como a confecção de roupas de Caroá usadas em cerimoniais, bem como o uso de penas de ema obtidas nas caatingas, circundantes da Serra do Arapuá ou por meio dos índios que habitavam a Serra, os “Pacarás”, grafia usada pelo citado antropólogo. Além da descrição feita pelo antropólogo dos usos dos recursos naturais pelos índios Tuxá, também reconheceu a Serra do Arapuá como área do território dos índios “Pacarás” (Hohenthal 1960).

Edivania Granja da Silva Oliveira; Edson Hely Silva

Os/as professores/as Pankará, na pesquisa *arte do Caroá: ensinando e aprendendo os saberes Pankará*⁸, afirmaram que o cocar indígena, atualmente, é confeccionado somente de fibras de Caroá. Mas, no passado, era feito com penas de ema, pois existiam muitas dessas aves na região. Informaram ainda que o Caroá é uma importante fonte de alimento para os animais. As raízes servem como alimento para o tatu, o peba, o preá, o gambá, a seriema, a galinha e o peru. As folhas são alimentos para animais de maior porte, como bovinos, caprinos, equinos e veados. E suas folhas armazenam água, que os “caboclos índios a utilizam para amenizar e mesmo saciar sua sede durante as caçadas” (Gonçalves *et al.* 2012 p.10).

Os indígenas Pankararé, no Sertão baiano, também fazem uso do Caroá, conhecido como “Croá”, na composição de vestimentas para os rituais e diversos artefatos para uso e comercialização (Castro *et al.* 2010). O Caroá é também usado por outros índios no Sertão pernambucano, como afirmou o geógrafo André Luiz Proença em estudo sobre os índios Kambiwá:

As fibras do caroá de conhecimento dos grupos tradicionais do Nordeste. Extremamente consistentes, a qualidade das fibras seria até três vezes mais fortes que outros agaves [...]. Os Kambiwá usam a mesma bromélia para confeccionarem artesanatos de uso cotidiano, como sacos, esteiras, redes, vassouras, capachos, cordas e chapéus. [...] (Proença 2013 pp.212- 213).

Assim, percebe-se que o uso da fibra de Caroá para confecção de vestimentas e adornos que compõe a ritualística indígena, bem como a produção de outros objetos como cestos, esteiras, bolsas, chapéus etc. que fazem parte do universo dos indígenas no Nordeste por meio de práticas cotidianas, econômicas e socioculturais relacionadas aos usos de recursos naturais do Ambiente onde habitam.

Ao longo da História as relações dos seres humanos com a Natureza foram marcadas pela elaboração de técnicas utilizadas para a sobrevivência, modificando o Ambiente, interferindo também na própria forma da existência humana (Duarte 2005). Como no caso do povo Pankará, nas ações de transformação do meio natural na Serra do Arapuá. A esse respeito, o Pajé Manoelzinho Caxeado relatou que sua avó contava que “no tempo ruim”, faziam muitas comidas de plantas da Serra, como as farinhas de bró de Catolezeiro e a Manoê, feita de uma raminha de flor rosa, da Macambira, do Xiquexique, o pão de massa de Mucunã. E ainda tinha o feijão de monlogô, conhecido como “andu” e as mandiocas de seca, chamadas Dormença, Manipeba, Mairta e Bornuncia. O Pajé também salientou que muitas dessas plantas, atualmente, quase não existem na Serra (Manoel Antonio do Nascimento 2013).

A esse respeito, a Cacica Dorinha também salientou que,

⁸ Estudo desenvolvido pelos/as Pankará no Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura Intercultural/ UFPE Campus Agreste, em Caruaru/PE.

Edivania Granja da Silva Oliveira; Edson Hely Silva

Antigamente eu lembro quando eu era criança a gente tinha muita mandioca, não desmatava a mata, por exemplo, nas nascentes não podia. A gente tinha muito andu, muita caça, hoje não tem mais, talvez o desmatamento nas beiras das cacimbas que por sinal tá secando as fontes. Mandioca a gente não tem mais como antes, a gente acredita que vai perder semente, o andu também pouco planta, a caça desapareceu, agora não sei por que, acho que é por conta do desmatamento mesmo. Só que hoje a macaxeira Bornuncia não tem mais, só quem tem hoje é Nenem, a liderança, ele tem quatro pé de Bornuncia, que é um meu, de papai, de Manué Caxiado e um de João Miguel, antigamente tinha muita, mas hoje acabou (Maria das Dores dos Santos 2013).

De acordo com as afirmações da Cacica, o índio “Nenem” Pankara informou que: “Aqui tenho a Mandioca Bornúncia que fazia farinha da raiz, mas hoje não usa mais e não tem mais essa planta aqui na Serra” (Manoel Gonçalves da Silva 2014). Questionado a respeito do motivo que fez com deixassem de praticar o cultivo dessa espécie de mandioca, “Nenem” informou que era mais trabalhosa e a outra mandioca até hoje usada é mais rápido e mais fácil fazer a farinha. No mesmo sentido, a índia Joaquina, que foi parteira e é uma das anciãs dos Pankará, disse:

Já desapareceram muitas plantas. A Bornúncia ninguém quer mais plantar porque demorava muito, mais de um ano e a de hoje é rápida. Tinha ainda a Manipeba, o Ceará que é uma trouxinha, é tudo mandioca. [...]. As matas eram mais fechadas. Ainda hoje usa muitas plantas para remédio. Para fazer os partos era água fervida e muitas rezas (Joaquina Antonia da Silva 2014).

O agricultor Adalberto Pankará destacou que,

Aqui tinha a mandioca Bornúncia, no tempo de menino ainda alcancei, a gente tirava um vergalhão grande e tinha uma raiz que era como a do Umbuzeiro, era bem alta, mas hoje se acabou, até a semente se acabou. Aqui antigamente meu pai plantava arroz, batata, acabou tudo [...]. Hoje a gente planta milho, feijão e mandioca, mas com o verão a gente só conseguiu vingar umas 50 covas (Adalberto Pedro de Souza 2014).

As práticas de cultivos agrícolas em desuso também fazem parte do universo dos citados índios Pankararé no Sertão baiano, pois, atualmente só plantam a mandioca “branca”, antes cultivavam outros tipos de mandioca: a “pornuncia” e a “manipeba”. As razões do desuso dessas espécies no Território Pankararé foram apontadas porque são culturas permanentes, resistentes à seca, com raízes de até dois metros de profundidade. Mas, possui casca muito dura, ocasionando dificuldades no manejo das espécies citadas em relação à mandioca “branca”, cultivada atualmente pelos Pankararé (Modercin 2010).

Em relação ao Ambiente Pankará, a Serra do Arapuá é o “espaço físico e simbólico de ocupação tradicional e de representação identitária do grupo” (Mendonça 2003 p.19). Portanto, essa Serra compõe o espaço histórico e socioambiental desses indígenas, pois suas atividades agrícolas de subsistência envolvem também práticas de sociabilidades e temporalidade por meio de calendário próprio. Demarcando o tempo de preparo da terra, plantio, colheita, data de festejos religiosos e de

“retomadas” - conflitos vivenciados pelos Pankará com a sociedade envolvente. As relações com o Ambiente foi afirmada pelas professoras Pankará: “É dessa forma que nos organizamos, sempre respeitando as leis da Natureza” (Pereira *et al.* 2012 p.8).

Nesse sentido, o conhecimento dos recursos naturais e os diversos tipos de exploração que as chamadas sociedades tradicionais praticam nos ambientes onde habitam, “exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas” (Diegues 2001 p.84).

O pesquisador Manuel Coelho de Albuquerque, em seu estudo sobre o Ceará, explicitou que os colonos portugueses, nas disputas por terras, reconheciam que os índios eram os nativos, mas que não sabiam usufruí-las para terem produtividade e lucratividade. Pois acreditavam que os indígenas eram parte da Natureza, “eram como urticárias ou arbustos ressequidos, prontos a serem extirpados”. No intuito de não atrapalharem os processos produtivos agrícolas e a criação de gado, eram vistos também “como árvores, a oferecer-lhes a madeira para o carvão e a construção de variados utensílios”. Destacou o autor que uma das principais fontes da alimentação dos indígenas era a mandioca incorporada pelos colonos com outras finalidades. Bem como o uso de sandálias pelos índios na Serra do Ibiapina, fabricadas da planta Caroá, absorção de costume de usos de sandálias pelos missionários e colonos. A noção de território para os povos indígenas não tinha e ainda não tem o sentido mercantilista dos europeus, pois os territórios eram/são locais de plantios de lavoura e de sobrevivência étnica (Albuquerque 2002 p.75-121).

Em nosso estudo histórico buscamos interpretar as mudanças, as transformações dos saberes e fazeres dos humanos em relação aos usos dos recursos naturais num determinado local (Martinez 2005 p.33). Na percepção dessas alterações da Natureza nos ambientes socioculturais, por meio de suas tecnologias, e as “implicações no ambiente ‘não-humano’ (Worster 2003). A partir de reflexões sobre a “realidade histórica e concreta na vida cotidiana” (Martinez 2011 p.24) dos Pankará, em suas relações socioambientais pautadas numa epistemologia ambiental, que considerou “o material e o simbólico, o ente e o ser, o econômico e o ecológico, o interno e o externo, o objetivo e subjetivo, o passado e futuro” (Leff 2009 p.16). Nesse sentido, compreendemos que a ocupação de nichos ecológicos distintos “engendram formas diferenciadas de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis” (Barreto Filho 2004 p.105).

Para compreender o contexto socioambiental do povo Pankará, por meio dos seus saberes e fazeres, do acesso e da utilização dos recursos naturais do Ambiente onde vivem, destacamos o relato do Pankará, João Manoel de Sá (conhecido por João Paulo):

Quanto mais o tempo mais se desgasta, muita barragem, muito desmatamento. Agora não tão mais desmatando, porque não tem mais folha e até os incêndios diminuíram. As plantas nativas do Pé da Serra tem Jatobá que serve para o sangue e pra gripe. O mororó, a caatinga branca, a caatinga, o angico, o marmeleiro, a umburana de cambão. Tem muita jurema preta e também tem jurema branca e o espinheiro que é outra Jurema. O caroá é muito usado para fazer corda, antigamente tinha muito mais, hoje com as roças diminuiu. Agora o cajueiro é nativo. Tem também a pinheira, a jaca, a manga, a goiabeira e o umbu. As roças diminuíram até o umbuzeiro. Nós planta cana-de-açúcar, arroz, feijão de corda, arranca, milho, batata, macaxeira e guandu. E cria galinha, bode e gado. Aqui também tem muita onça suçuarana que come a criação. (João Manoel de Sá 2012).

O índio “João Paulo”, morador na Aldeia Brejinho, área geográfica “Sertão Pankará”, fez denúncias de alterações do Ambiente com as construções de barragens e o desmatamento. Evidenciou o avanço de roçados e a diminuição de plantas nativas. Sendo importante apontar que outros indígenas, habitantes de diferentes regiões geográficas Pankará, “Agreste e Chapada”, também salientaram as degradações ambientais, como a falta de cuidado com as áreas envoltas das fontes de água, o desmatamento e a extinção da fauna e flora. Dessa forma, corroborando com a historiadora Regina Horta Duarte, não podemos ignorar as capacidades dos Pankará como produtores de cultura, transformando o meio natural (Duarte 2005).

O citado geográfico Luis Lyra da Silva Bulcão destacou que a área composta pela morfologia da Serra possui três ecossistemas distintos: “o sertão, na base da serra, o agreste nas encostas e as chapadas de altitude nos topos de morros (Bulcão 2010 p.13). Da mesma forma, a índia Luciete Pankará evidenciou que os Pankará possuem uma classificação própria do ambiente natural onde vivem, sendo a Serra do Arapuá pensada a partir de três áreas geográficas: o “Sertão” – pés de Serra; o Agreste – subida da Serra; e a Chapada, topo da Serra.

As práticas agrícolas também são diferenciadas: no chamado “Sertão” predomina o plantio de milho, feijão de corda, batata doce, jerimum e abóbora; enquanto que no Agreste e Chapada plantam feijão “fogo na serra”, feijão vermelho, fava, andu e mandioca com a prevalência de diversas fruteiras. E “no passado o povo também plantava arroz vermelho, cana-de-açúcar e principalmente algodão e fumo” (Maria Luciete Lopes 2013). As práticas agrícolas na Serra do Arapuá são consideradas como atividades “tradicionais”, pois a maioria dos indígenas não utilizam agrotóxicos e praticamente não fazem uso de mecanização agrícola. Plantam de forma consorciada, como por exemplo, associando feijão, milho e andu (leguminosas), como informaram o Pajé João Miguel (Manoel Antonio do Nascimento 2014) e a liderança Nenem Pankará (Manoel Gonçalves da Silva 2014).

As práticas de consórcios agrícolas ocorrem em praticamente todas as aldeias, com predomínio da mandioca plantada com feijão e milho ou somente com andu. Utilizam também a técnica de consórcio no cultivo de pomares, denominado sistema de produção agroflorestal: “Uma concepção de cultivo indígena que está sendo ressignificado e amplamente difundida entre pesquisadores e agricultores” (Bulcão 2010 p.26). O plantio consorciado oferece vantagens em relação ao plantio de uma única espécie, como opções de produção, melhoria de utilização da terra, o melhor aproveitamento no uso da água e de nutrientes. E ainda o uso racional de força de trabalho, a eficácia no controle de ervas daninhas e proteção do solo de erosão (Souza e Fialho 2003). A utilização de diferentes cultivos consorciados favorece “a conservação da estrutura básica da paisagem da Caatinga” (Pádua 2009 p.140). Portanto, uma prática benéfica para a conservação e a sustentabilidade do Bioma Caatinga.

Os indígenas Pankararé (BA)⁹ também praticam a agricultura consorciada e a coivara. Assemelhando-se aos Pankará nas práticas tradicionais destinadas ao consumo familiar, na caça de animais silvestres, nas coletas de frutos, sementes e folhas para alimentação, no artesanato e na medicina indígena. Na extração de madeiras para lenha e na construção de cercas e casas. Assim, dependem “dos recursos naturais, ciclos biológicos e ecossistêmicos para sua sobrevivência” (Castro et al. 2010 p.248).

O historiador ambiental Donald Worster (2003) afirmou que a agricultura de subsistência faz parte dos sistemas agroecológicos tradicionais, pois suas práticas são baseadas em cultivos para suprir necessidades de consumo das pessoas, ocorrendo ocasional comércio dos excedentes de produção. E que,

Os sistemas agroecológicos orientados à subsistência, no entanto, apesar de realizarem as maiores mudanças na natureza, preservaram muito de sua diversidade e complexidade, e esse empreendimento foi uma fonte de estabilidade social, geração após geração (Worster 2003 p.32).

Os impactos em relação aos fatores ecológicos e a destruição da agricultura tradicional causados pelo advento do processo de produção capitalista, a partir do século XV e acelerado nos séculos XVIII e XIX, necessitam de estudos na perspectiva da História Ambiental no sentido de reconhecer “que a era capitalista na produção introduziu uma relação nova e distintiva das pessoas em relação ao mundo natural. A reorganização da natureza, não apenas da sociedade” (Worster 2003 p.34).

⁹Esse texto não objetiva uma reflexão comparativa com os Pankararé/BA, mas apenas apontar semelhanças entre esses dois grupos indígenas, uma vez que ambos habitam o Semiárido nordestino.

Os índios Pankará mantém uma relação de “simbiose com os recursos naturais existentes na região” (Bulcão 2010 p.31). Isto é, utilizam e dependem dos recursos naturais de seu território e, ao mesmo tempo, usam formas tradicionais de manejo da produção agrícola e da pecuária, que mantém a estabilidade e a preservação dos ecossistemas, colaborando com a conservação ambiental da Serra do Arapuá. Em relação às práticas agrícolas, predomina a técnica manual e o uso da enxada; plantam em áreas de potencial agricultável como o alto da Serra, em terras de potencial restrito ou ainda em áreas não indicadas para atividade agrícola, como é o caso das áreas de serrotes. Em relação às práticas de caça de animais silvestre: “A caça é presente na região e tem grande importância para o grupo [...]. Os caçadores nas aldeias têm grande importância social e são reconhecidos como homens ‘corajosos’” (Bulcão 2010 p.32).

O Pajé Manoelzinho Caxeadado destacou os principais animais silvestres caçados: “tatu, peba, preá, mocó, cangambá-tumbanga ou gambá, caititu. Com a seca está aparecendo muito, tão saindo da floresta e estão matando muito, capaz de acabar” (Manoel Antonio do Nascimento 2013). E o Pankará Luís Pedro declarou em entrevista ser agricultor e caçador, afirmando os seus conhecimentos sobre animais silvestres, como o tatu,

Meu avô foi quem me ensinou a caçar. O Tatu come formiga [...]. Para saber se é macho ou fêmea conheço pelo rastro ou quando começa a cavar, a fêmea estronda dentro, aí eu não cavo, só pego o macho. Só se mata o macho porque tem mais e a fêmea às vezes tem quatro, cinco tatuzinhos na barriga e aí mata eles. Eu toda vida nunca vendi caça é só para consumo mesmo, agora mesmo não caço por conta da seca (Luís Pedro dos Santos 2014).

A importância da caça e os mitos, seres e lugares encantados, envolvidos nessa atividade, foi afirmado por Moran (2010), como formas de controle de acesso, disponibilidade e manutenção dos recursos do Ambiente,

Os caçadores consultam os pajés para assegurar uma boa caça e são lembrados das suas obrigações em relação à sua presa, dos lugares a serem evitados e de como dividir seu prêmio após a caça, para assegurar o sucesso contínuo [...]. Os espíritos eram capazes de extraviá-los, de fazê-los perder suas habilidades de caça e de adoecê-los ou mata-los (Moran 2010 p.183 e 203).

Os Pankará possuem diversos conhecimentos sobre o ambiente natural da Serra do Arapuá:

É importante destacar que o clima, o relevo e a hidrografia determinam e influenciam a produção agrícola e no tipo de vegetação natural das regiões naturais Pankará, como também na relação existente entre agricultura e pecuária. Pois nas regiões do agreste e chapadas os animais como caprinos, ovinos são criados amarrados e as galinhas no cercado, e geralmente estão sempre fortes. Nessas regiões não costumamos cercar as plantações. Já na região do sertão os animais são criados soltos e as roças cercadas. Além de caprinos, ovinos e suínos, existe também a criação de gado, embora em pequena quantidade, quem mais tem, possuem umas dez cabeças [...] (Mendonça *et al.* 2012 pp.75-76).

Os índios Cícero Militão e Nilson Manoel afirmaram que antigamente era muito grande o plantio de feijão, a criação de animais era muito pouco, só criavam ovelha, galinha e porco. O gado bovino praticamente ninguém criava e quando as pessoas viam um boi tinham medo (Cícero Militão da Silva e Nilson Manoel de Souza 2014).

O Pajé Manoelzinho Caxeado confirmou que “a criação de bode é tudo cercado, o pasto é tão bom da Serra que faz com que a carne fique muito boa. O porco e o gado também é criado amarrado, mas com a seca támo tendo muita dificuldade” (Manoel Antonio do Nascimento 2013).

Sobre a prática de criação de animais soltos em áreas da Caatinga, em estudos sobre impactos ambientais numa fazenda em Juazeiro/BA, foi afirmado que “O pastoreio realizado nesse molde apresenta baixo custo, dependendo apenas de áreas preservadas da caatinga para que o animal possa pastar” (Gomes 2013 p.204). E ainda que, geralmente, os pequenos criadores optam pela criação de bodes por serem animais de pequeno porte em relação ao gado bovino, por isso consomem menor quantidade de pasto natural e são mais resistentes ao período de estiagem.

Em oposição à afirmativa citada acima, Pádua afirmou: “A introdução de rebanhos de caprinos no Semiárido nordestino, por outro lado, também contribuiu para o aumento da degradação ambiental e das secas” (Pádua 2009 p.139). Nessa perspectiva, compreendemos a partir das concepções da História Ambiental, que a vida social deve ser analisada envolvendo questões socioculturais e ambientais, para entender como a Natureza foi/é apropriada pelos humanos, as formas dos processos de construção e reconstrução do ambiente natural, e como o ser humano interfere nesse Ambiente e o Ambiente afeta a vida sociocultural.

Foi também destacado pelos Pankará o abandono de determinadas espécies agrícolas e a consequente mudança nos hábitos alimentares,

O que o povo comia antes, não era as comidas de hoje, as comidas eram angu de milho moído, pilava no pilão, tirava a massa e tomava com leite de cabra, de gado. Bode era de vez em quando que matava um, mas era pra fazer caldo pra gente esquentar o estômago. A gente era tudo criado no leite, a gente comia galinha de capoeira, comia ovo, feijão de corda, temperado com sebo de bode, guardava o sebo no leite. O angu era mexido com a pele da capa da costela de bode, batia bem batido e colocava na panela pra temperar, comia com abóbora doce, com batata-doce. Fazia o fubá do milho, torrava a pipoca e comia com o feijão. Comia muita caça: peba, tatu, tamanduá, camaleão, era tudo comida da gente. Hoje ainda tem peba, tatu, veado, mas hoje o povo não usa mais, não caça mais como antigamente e ninguém quer mais fazer essas comidas porque dá trabalho e com as rendas compra no supermercado (Pastora Maria de Souza 2014).

Assim, percebe-se, a partir das afirmações acima, as alterações nos hábitos alimentares a partir da introdução de rendas, em especial, remuneração de aposentadorias, de programas de auxílio de renda

(Bolsa Família, Bolsa Safra, etc.) e os Contratos Temporários de professores/as, agentes de saúde e vigilantes das escolas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As questões citadas fazem parte das reflexões nesse estudo a fim de ampliar conhecimentos sobre os índios Pankará em suas relações socioambientais, na intenção de apontar novos percursos metodológicos e acadêmicos para os desafios postos, com o intuito de compreender os Pankará como parte de uma rede de estratégia étnica empreendida pelos atuais movimentos de mobilizações dos indígenas no Nordeste.

E, contrariando a previsão feita por Darcy Ribeiro, a partir de pesquisas realizadas na década de 1950 sobre os índios no Nordeste, que, segundo aquele antropólogo, “viviam os seus últimos dias os remanescentes dos índios não litorâneos do Nordeste que alcançaram o século XX” (Ribeiro 1982 p.56), como é o caso dos Pankará que empreenderam/empreendem mobilizações para a garantia de direitos étnicos, territoriais e o acesso aos recursos naturais da Serra do Arapuá.

Com as reflexões desse texto buscamos compreender as relações estabelecidas entre os Pankará e a Serra do Arapuá, envolvendo continuidades e descontinuidades desse grupo social em seu Ambiente, suas práticas de sobrevivência, de produtividade nas relações e representações da/sobre a Natureza, as tradições, os mitos e a cosmologia. Um exercício historiográfico de compreensão sobre a construção sociocultural do ambiente natural, uma tentativa de evidenciar os percursos da História Ambiental na Serra do Arapuá.

REFERÊNCIAS

Albuquerque MC 2002. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Dissertação de Mestrado (História), UFC, Fortaleza.

Arruti JMA 1995. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 8(15):57-97. [cited 2012 Sep 30]. Available from: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1995/>.

Baptista RVN 2005. *O ecossistema Brejo de Altitude e suas representações nos livros didáticos: uma contribuição para programas de Educação Ambiental*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia), UFPE, Recife.

Barreto Filho HT 2004. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: Oliveira JP (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contra Capa, Rio de Janeiro, p. 93-137.

Brasil 2005. desafios para um História Ambiental [homepage on the Internet]. Nômadias, Universidad Central-Colômbia, n. 22, Abril [cited 2012 Sep 25]. Available from: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3994658/>.

Bulcão LLR 2010. *Relatório Ambiental – Grupo de Trabalho de Identificação/Delimitação da Terra Indígena da Serra do Arapuá*. FUNAI – Salvaguarda de Comunidades Indígenas, Contrato no. CLTO 1748/2009 e IRPF: AS-4043/2009, Florianópolis.

Castro MS et al. 2010. Etnodesenvolvimento Pankará: uma reflexão contemporânea sobre projetos indígenas no semiárido. In: Silva VA et al. *Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas e Natureza na América Latina*, Nupea, Recife, p. 231-261.

Cirilo JA et al. 2007. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In: Cirilo JA. *O uso sustentável dos recursos hídricos em regiões semiáridas*, Ed. Universitária da UFPE, Recife, 508pp.

Dantas BG et al. 1998. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: Cunha MC (Org.). *História dos índios no Brasil*, 2 ed., Cia. Das Letras, São Paulo, p. 431- 456.

Diegues ACS 2001. *O mito moderno da Natureza intocada*. 3 ed., HUCITEC, São Paulo, 169pp.

Duarte RH 2005. *História e Natureza*. Contexto, Belo Horizonte, 108pp.

Filho RMF, Ferreira WC 2012. Sociedades, mundos naturais e historiografia: perspectivas holísticas, *Cadernos de História, Belo Horizonte, 13(19)*:. [cited 2014 Jul 10]. Available from: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/4096/>.

Gomes TED 2013. Dimensões políticas do impacto ambiental: interpretações da atividade mineral em terras de uso comum na Fazenda Curral Velho, Juazeiro, Bahia. *Revista IDEAs – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 7(especial):198-227*. [cited 2014 Jun 04]. Available from: <http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v07/nesp/7.Tatianagomes.pdf/>.

Gonçalves EMS et al. 2012. *A arte do Carová: ensinando e aprendendo os saberes Pankará*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural), UFPE, Campus Agreste.

Hohenthal JrWD 1960. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista, São Paulo, 12(nova série): 37-71*.

Kormondy EJ, Brown DE 2002. *Ecologia Humana*. Atheneu Editora, São Paulo, 503pp.

Leal, IR et al. 2005. *Ecologia e conservação da Caatinga*. 2ª ed., Ed. Universitária da UFPE, Recife, 822pp.

Leff E 2009. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação e Realidade, Porto Alegre, 34(3): 17-24*. set/dez [cited 2014 Feb 20]. Available from: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515/>.

Lima NT 1999. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação Geográfica da identidade nacional*. Revan/IUPERJ-UCAM, Rio de Janeiro.

- Lopes EG 2004. Até onde a memória alcança: um estudo sobre catingueiros e beiradeiros no Sub-Médio do Vale do Rio São Francisco. Dissertação de Mestrado (Sociologia), UFPE; [cited 2012 Sep 20]. Available from: www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20041124145735.pdf/.
- Lorenzi H 2002. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. Vol. 1. Nova Odessa, Instituto Plantarum, São Paulo.
- Maciel BSB 2009. *Brejos de altitude do Nordeste brasileiro: valiosos "oásis" em extinção*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas), UFPE, Recife.
- Martinez PH 2011. História Ambiental: um olhar prospectivo. *Cad. Pesq. Cdbis, Uberlândia*, 24(1):, jan./jun. [cited 2013 Mar 20]. Available from: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdbis/article/view/14086/>.
- Mendonça CL et al. (Org.) 2012. *Nossa Serra, Nossa Terra: Identidade e Território Tradicional Atikum e Pankará*. Serra Umã e Arapuá. Conselho de Professores Indígenas Atikum e Organização da Educação Escolar Pankará – COPIPE [cited 2013 Dec 20]. Available from: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf/.
- Modercin IF 2010. *Rancho do Jatobá do meio mundo: Etnografia da Agricultura Pankararé e a relação dos índios com o ambiente*. Dissertação de Mestrado (Antropologia), UFBA, Salvador.
- Moran EF 2010. *Meio ambiente e florestas*. Editora SENAC, São Paulo, 224 pp.
- Oliveira JP 2004. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Oliveira JP (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contra Capa, Rio de Janeiro, p. 13-38.
- Pádua JA 2009. Um país e seis biomas: ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. In: Pádua JA (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 118-150.
- Pereira DA et al. 2012. *Economia Pankará, currículo e práticas pedagógicas*. Trabalho Conclusão Curso (Licenciatura Intercultural). UFPE, Campus Agreste.
- Pericás LB 2010. *O cangaço: ensaio de interpretação histórica*. Boitempo, São Paulo, 320 pp.
- Proença AL 2013. *Ocupações pré-coloniais no Parque Nacional do Catimbau: proposta interpretativa às paisagens arqueológicas*. Tese de Doutorado (Geografia), UFPE, Recife.
- Ribeiro D 1982. *Os índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 4 ed., Vozes, Petrópolis, 508 pp.
- Rickilefs RE 2003. *A Economia da Natureza*. 5 ed., Guanabara Koogan, Rio de Janeiro.
- Silva E 2004. “Os caboclos” que são índios: História e resistência indígena no Nordeste. *Portal do São Francisco–Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF*. Belém de São Francisco, 3(3): 127-137.

Edivania Granja da Silva Oliveira; Edson Hely Silva

Silva E 2012. Índios Xucuku x fazendeiros: história socioambiental no Agreste pernambucano. In: RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio (Orgs.). *Natureza e Cultura nos Domínios de Clio: História, Meio Ambiente e questões étnicas*. EDUFCEG, Campina Grande, p. 65-93.

Silva LS 1999. Brejos de altitude, refúgios para os grupos humanos do sertão: o caso da Serra do Arapuá, Floresta, PE. In: *Clio Série Arqueológica*, v.1, n. 14 - Anais da X Reunião Científica da SAB. UFPE, Recife, p. 237-244.

Socioambiental [homepage on the internet] 2012. Povos indígenas do Brasil: Pankará, localização e contexto [cited 2012 Sep 24]. Available from: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pankara/1353/>.

Souza LS, Fialho JF 2003. Consociação e rotação de culturas [homepage on the internet]. *Sistemas de Produção*, 8, jan. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura. [cited 2014 Apr 06]. Available from: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_cerrados/Rotacao.htm/.

Worster D 2003. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade*, 5(2): 23-44. [cited 2013 Aug 23]. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf/>.

ENTREVISTAS

Adalberto Pedro de Souza, 69 anos. Aldeia Boqueirão. Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 21/02/2014.

Cícero Militão da Silva, 48 anos, Aldeia Enjeitado, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 21/02/2014.

Eunice Nicanor de Souza Santos, 67 anos, Aldeia Boqueirão, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 07/09/14.

João Manoel de Sá (conhecido por João Paulo), 86 anos. Aldeia do Brejinho, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 05/11/2012.

Joaquina Antonia da Silva, 87 anos, Aldeia Enjeitado, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 21/02/2014.

Luís Pedro dos Santos, 59 anos, Aldeia Cacaria, Serra da Cacaria/Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 21/02/2014.

Manoel Antonio do Nascimento (Pajé João Miguel), 68 anos. Aldeia Marrapé, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 21/02/2013.

Manoel Antonio do Nascimento (Pajé Manoelzinho Caxeado), 72 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 05/11/2012.

Manoel Gonçalves da Silva (Nenem), 53 anos. Aldeia Marrapé, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 20/04/2014.

Maria das Dores dos Santos (Cacique Dorinha), 53 anos. Aldeia Cacaria, Serra da Cacaria/Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 17/12/2013.

Edivania Granja da Silva Oliveira; Edson Hely Silva

Maria Luciete Lopes. Aldeia Laje, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 07/11/2013.

Nilson Manoel de Souza, 62 anos. Aldeia Enjeitado, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 21/02/2014.

Pastora Maria de Souza, 65 anos, Aldeia Lagoa, Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 07/09/2014.

Pedro dos Santos (Pajé Pedro Limeira), 82 anos. Aldeia Cacaria, Serra da Cacaria/Serra do Arapuá, Carnaubeira da Penha/PE, em 05/11/2012.

The Uses of Natural Resources by Indigenous Pankará in Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha/PE)

ABSTRACT

In this article we discuss the Pankará Indians in their social and environmental relations in the environment they live in, Serra do Arapuá, an Altitude Heath, Caatinga, Pernambuco backlands , physical and symbolic territory of Pankará, from the perspective of Environmental and Indigenous History, also dialoguing with other knowledge areas, such as Anthropology, Geography, Biology, etc. For this, we appropriate of theoretical and methodological conceptions, particularly the Environmental History through literature searches and indigenous memories in order to seek to understand the knowledge and practices of the people with the natural environment and affirmation of Pankará identity.

Keywords: Pankará People; Environment; History.

Data Submissão: 21/06/2015

Data Aceite: 17/11/2015